

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2025

Altera o Anexo I da Portaria SEP n. 6/2021, que dispõe sobre o portfólio de soluções de tecnologia da informação e comunicação e serviços digitais cujas atribuições de regras negociais estão no âmbito da Secretaria de Estratégia e Projetos.

O **SECRETÁRIO DE ESTRATÉGIA E PROJETOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Anexo da Portaria SEP n. 6 de 16 de abril de 2021, que passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SEP n. 6 de 29 de novembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabriel da Silveira Matos

ANEXO DA PORTARIA N. 1 DE 28 DE JANEIRO DE 2025

LISTA DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E SERVIÇOS DIGITAIS POR GESTORES NEGOCIAIS

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
CODEX	Codex	Ferramenta de extração, tratamento e indexação de documentos processuais.	SEP/DPJ/DTI	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Dr. João Thiago de França Guerra; Antonio Augusto Silva Martins; Isabely Fontana da Mota.
QDPJ	Sistema de Questionário de Desenvolvimento sustentável – DPJ	Questionário de Desenvolvimento Sustentável que contém dados sobre a criação e as competências das unidades ou dos núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) – Resolução CNJ n. 201/2015.	SEP/DPJ	Dra. Livia Cristina Marques Peres; Thatiane de Moraes Rosa; Filipe Pereira da Silva; Jaqueline Barbão.
RENAJUD	Renajud Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores	O Renajud é um sistema <i>on-line</i> de restrição judicial de veículos criado pelo CNJ, que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ferramenta eletrônica permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais de restrições de veículos – inclusive registro de penhora – de pessoas condenadas em ações judiciais. Cabe destacar que, sob os aspectos de tecnologia da informação (TI), esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
INFOJUD	Sistema de Informações ao Judiciário	Parceria entre o CNJ e a Receita Federal, o Programa Infojud é um serviço oferecido unicamente aos(as) magistrados(as) – e servidores(as) por eles(as) autorizados(as) – que tem como objetivos atender às solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal e fornecer informações cadastrais e cópias de declarações pela Receita Federal. A ferramenta está disponível apenas aos(as) representantes do Poder Judiciário previamente cadastrados(as), em base	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
		específica da Receita Federal, e que possuam certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Cabe destacar que, sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.		
SISBAJUD	Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário	O Sisbajud é um sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições financeiras para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional. Possibilita o envio eletrônico de ordens de bloqueio e requisições de informações básicas de cadastro e saldo; permite requisitar informações detalhadas sobre extratos em conta-corrente no formato esperado pelo sistema Simba do Ministério Público Federal, e os(as) juizes(as) podem emitir ordens para solicitar das instituições financeiras informações dos devedores, tais como: cópia dos contratos de abertura de conta-corrente e de conta de investimento, fatura do cartão de crédito, contratos de câmbio, cópias de cheques, além de extratos do PIS e do FGTS. Além disso, por meio dele, podem ser bloqueados tanto valores em conta-corrente quanto ativos mobiliários, como títulos de renda fixa e ações. Cabe destacar que sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
SERASAJUD	SerasaJud	O SerasaJud facilita a tramitação de ofícios entre o Poder Judiciário e a Serasa Experian. A ferramenta permite o encaminhamento de ordens judiciais, por meio eletrônico, para agilizar e otimizar a prestação de informações à Justiça. Todo e qualquer tipo de ordem judicial passível de atendimento pela Serasa Experian pode ser enviada através do SerasaJud: inclusão/baixa de anotação, revogação de ordens anteriores, solicitação de informações históricas e de eventuais endereços constante na base de dados, entre outros – sem qualquer tipo de restrição. Cabe destacar que, sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
ATOS	Atos administrativos	Sistema de publicação de atos administrativos promulgados pelo Conselho.	SEP/DGE	Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira; Adilson Medeiros da Silva.
BTUT	Banco de Tutores do Poder Judiciário	Formulário responsável pelo cadastro de tutores para o CNJ. O tutor se cadastra, escolhe áreas em que tem interesse de administrar e faz o <i>upload</i> do seu currículo. A visualização do cadastro é feita por um administrador cadastrado no Sistema de Controle de Acesso - SCA e vinculado ao banco de tutores.	SEP/CEAJUD	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Diogo Albuquerque Ferreira.
BNPR	Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios	Ferramenta que possibilita consulta às informações de Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidentes de Assunção de Competência (IAC), além dos processos sobrestados vinculados que aguardam julgamento de mérito do precedente. Demandas Repetitivas são processos nos quais a mesma questão de direito se reproduz de modo que a sua solução pelos tribunais superiores ou pelos próprios tribunais locais pode ser replicada para todos, garantindo que essas causas tenham a mesma solução,	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Wanessa Mendes de Araujo.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
		ganhando-se, assim, celeridade, isonomia e segurança jurídica no tratamento de questões com grande repercussão social.		
BNP/PANGEA	Banco Nacional de Precedentes	Consiste em repositório e plataforma tecnológica unificada de pesquisa textual e estatística.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Wanessa Mendes de Araujo.
DSPACE	Biblioteca Digital	Repositório público de livros, relatórios de pesquisa, manuais e outros documentos produzidos pelo CNJ.	SEP/COIN	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
CNCIAI	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa. Preenchido pelos tribunais.	SEP	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Isabely Fontana da Mota; Angela Maria dos Santos.
DATAJUD	DataJud	Lançado em 25 de maio, o DataJud é uma base nacional do Poder Judiciário que possui todos os metadados dos processos em tramitação no país.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Gabriela Moreira de Azevedo Soares; Antonio Augusto Silva Martins; Isabely Fontana da Mota; Igor Tadeu Silva Viana Stemler.
OJS	e-Revista CNJ	Revista Eletrônica do CNJ.	SEP/COIN	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
JUSNUM	Justiça em Números	Sistema utilizado pelos tribunais para alimentar as estatísticas do projeto Justiça em Números. O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) utiliza o sistema para gerar relatórios e para determinar os períodos de abertura para novas inserções.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Igor Tadeu Silva Viana Stemler; Filipe Pereira da Silva.
METAS	Metas Nacionais	Sistema que centraliza o acesso a todos os outros sistemas das metas.	SEP/DGE	Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira; Pedro Farage Assunção.
MODULO_XML	Módulo de Produtividade Mensal	Sistema que registra o cadastro das unidades judiciárias, com informações complementares e relacionadas ao sistema corporativo; cadastro dos(as) magistrados(as); produtividade das unidades judiciárias; e produtividade dos(as) magistrados(as).	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Igor Tadeu Silva Viana Stemler; Filipe Pereira da Silva.
RENOVAJUD	Plataforma da Rede de Inovação e Inteligência do Judiciário	Ambiente de interação de pessoas e cocriação, com o objetivo de elaborar protótipos para novos projetos e planos de ação relacionados à Agenda 2030 para aperfeiçoar os serviços que o Judiciário presta à sociedade.	SEP	Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Bruno Cezar Andrade de Souza.
EADCNJ	Plataforma EAD CEAJUD	Plataforma de ensino a distância nacional.	SEP/CEAJUD	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Diogo Albuquerque Ferreira.
PORTALBP	Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	As práticas de sucesso adotadas pelos tribunais brasileiros poderão ser conhecidas e replicadas em todo o País. A partir da criação do Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário pela Portaria n. 140/2019, os órgãos poderão inscrever iniciativas positivas, que servirão de	SEP/DGE	Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira; Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Dr. Dorotheo Barbosa Neto;

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
		modelo para melhoria da gestão e da prestação jurisdicional.		Marcos Vinicius Silva Campos.
OCGR	Portal do Observatório de Causas de Grande Repercussão	O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça instituíram o Observatório de Causas de Grande Repercussão. A iniciativa conjunta tem como objetivo o aperfeiçoamento da atuação das instituições em ocorrências de grande impacto e repercussão, incluindo a implantação e a modernização de rotinas, prioridades, organização, especialização e estruturação dos órgãos competentes de atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público.	SEP/DPJ	Dra. Livia Cristina Marques Peres; Dra. Adriana Franco Mello Machado; Gabriela Moreira de Azevedo Soares; Danielly dos Santos Queirós; Bruno Gomes Faria.
CONCILIAJUD	Sistema de Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos	O ConciliaJud reúne informações de formadores, instrutores, expositores, mediadores e conciliadores judiciais bem como de ações de capacitação destinadas a promover: a) cursos de formação de instrutores em mediação e conciliação judiciais; b) cursos de formação de mediadores e conciliadores judiciais ou de formação de conciliadores judiciais; c) cursos de formação de instrutores de expositores das oficinas de divórcio e parentalidade; d) cursos de formação de expositores das oficinas de divórcio e parentalidade.	SEP/CEAJUD	Dra. Fabiane Pieruccini; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
SGT	Sistema de Gestão de Tabelas	Sistema para controle das tabelas processuais unificadas do CNJ, inclusive com consulta pública e disponibilização das versões.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Pedro Henrique Pádua Amorim.
SIP	Sistema de Permissões	Sistema de cadastro de permissões e usuários do TRF-4.	SEP/COIN	Dra. Fabiane Pieruccini; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
SEI	Sistema eletrônico de informações	Sistema de tramitação de processos administrativos eletrônicos (Portaria n. 1/2015).	SEP/COIN	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Fabiane Pieruccini; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	Sistema criado para consolidar dados fornecidos pelos tribunais de justiça referentes ao acolhimento institucional e familiar, à adoção, incluindo as <i>intuitu personae</i> , e a outras modalidades de colocação em família substituta bem como a pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção.	SEP	Dr. Edinaldo César Santos Júnior; Isabely Fontana da Mota.
ePol / PDPJ-Br	Sistema de Inquéritos Policiais Eletrônicos da Polícia Federal / Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro	Integração do ePol à Plataforma Digital do Poder Judiciário brasileiro (PDPJ-Br).	SEP	Dr. João Thiago de França Guerra; Thaís Martins Bosch.
CEDINPREC	Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios	Sistema informatizado por meio do qual são centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).	SEP/ Gabinete Vaga Juiz Federal	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Thaissa Nascimento Matos.
PrevJud	Serviço de Informação e Automação Previdenciária	Solução tecnológica criada pelo Programa Justiça 4.0, realizado em parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para aprimorar o acesso ao Judiciário.		Dra. Livia Cristina Marques Peres; Angela Maria dos Santos.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
Sniper	Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos	Solução tecnológica desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0 que agiliza e facilita a investigação patrimonial para servidores(as) e magistrados(as) de todos os tribunais brasileiros integrados à PDPJ-Br.	SEP	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
SNGB	Sistema Nacional de Gestão de Bens	Solução tecnológica desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0 que aprimora a política de gestão de bens judicializados e oferece mais controle da tramitação judicial desses bens para evitar depreciações, perecimentos e extravios.	SEP	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
	Portal de Serviços do Poder Judiciário	Solução tecnológica desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0 que centraliza o acesso a informações processuais e aos serviços da Justiça.	SEP	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
Data Lake	Data Lake	Repositório centralizado de grandes conjuntos de dados (<i>big data</i>) extraídos dos sistemas de acompanhamento processual, por meio do Codex, e de outras fontes, como o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) e o Sniper.	SEP/DTI	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Dr. João Thiago de França Guerra; Antonio Augusto Silva Martins.